

Curitiba/PR para Paranaguá/PR, 26 de junho de 2024.

**À ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA,
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CADASTROS – CPLC**

INFORMAÇÕES DO PROCESSO:

EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA – LE SAP Nº 56/2024

ID 104 81 25

SAP Nº 1000000056

ECONOMICA ENGENHARIA E OBRAS LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 72.544.711/0001-38, com sede na AVENIDA ARCHELAU DE ALMEIDA TORRES, 197, ANDAR 1 ANDAR, CONJUNTO 3, CENTRO, CEP: 83.702-185, ARAUCÁRIA/PARANÁ, e-mail: economicaengenharia@gmail.com, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal **DIOGO ANTÔNIO MARINS CAPRARO JUNIOR**, engenheiro civil, nascido em 20/10/1965, portador do CPF nº 595.489.249-00 e RG nº 3.673.523-6 II/PR, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

1. TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Nos termos do disposto no item 8.1.2 do Edital, todo e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

Tem-se, assim, demonstrada a tempestividade da presente impugnação.

2. FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

3. EXIGÊNCIAS ABUSIVAS. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PARA EXIGÊNCIA DE ACERVO DE PROJETOS PORTUÁRIOS.

No presente caso, extrapolando a finalidade contida na lei, o edital previu exigências abusivas, tais como as previstas no item “16.4. Habilitação Técnica/Visita Técnica”, subitem “16.4.1. Capacidade Técnico Operacional”, alínea “b”, no qual exige-se, para comprovação de Capacidade Técnica Operacional, que a empresa licitante apresente 01 atestado técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante tenha executado satisfatoriamente serviços com características semelhantes ao objeto licitado. Na sequência, determina-se que “Entende-se por **características semelhantes ao objeto licitado** os seguintes itens e quantitativos mínimos”:

Tabela 2: Atestados técnicos da licitante.

Atestados Técnicos	Qtde Mínima
Coordenação ou Gerenciamento de projeto portuário em BIM	6.000,00 m ²
Desenvolvimento de projeto portuário em BIM	6.000,00 m ²

Tal qualificação desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

Em primeiro lugar, este acervo de projeto portuário não foi exigido para qualificação técnico profissional, uma vez que no item 16.4.2. Capacidade Técnico Profissional, exige-se que “os profissionais indicados pela empresa licitante para comporem a Equipe Técnica deverão comprovar que possuem experiência na execução de obras similares às do objeto deste Edital. Logo, deverá ser apresentado, no mínimo, **01 (um) Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, devidamente certificado pelo CREA, **com características semelhantes ao objeto licitado**. Segundo o edital, **entende-se como características semelhantes ao objeto licitado**, os seguintes itens e quantitativos mínimos, por titulação:

Tabela 3: Certidões de Acervo Técnico dos profissionais indicados pela proponente.

Título Profissional	Certidões de Acervo Técnico (CATs)	Qtde Mínima
Engenheiro(a) Civil	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto arquitetônico de obra pública em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Civil	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto estrutural de obra pública em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Civil	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto hidrossanitário de obra pública em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Eletricista	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto elétrico de obra pública em BIM	6.000,00 m²

Dessa maneira, **observa-se que não há necessidade de exigir acervo de projetos portuários na capacidade técnico-operacional, uma vez que tal exigência não é prevista na qualificação técnico-profissional.**

A Administração deve decidir se exclui o requisito portuário para qualificação técnico-operacional ou se passa a exigi-lo para qualificação técnico-operacional e profissional, com as devidas justificativas técnicas, pois não faz sentido a empresa ter a qualificação técnica se o profissional que vai executar os serviços não a possui.

Muitas vezes, exige-se uma qualificação superior na capacidade técnico-profissional, permitindo a contratação de profissionais com a qualificação exigida, de modo que não seja restringida a participação de uma empresa licitante que não possui capacitação operacional naquela área específica. Mas o inverso não tem sentido.

Em segundo lugar, para este objeto a ser licitado, é fundamental distinguir os itens que exigem qualificações específicas. No caso concreto, não será projetado um porto, pois o porto já existe. Assim será projetado uma EDIFICAÇÃO PÚBLICA dentro de um porto, motivo pelo qual é importante esclarecer o que distingue um projeto portuário de um projeto de obra pública comum.

No caso de uma **edificação dentro de um porto**, é necessário que a Administração indique as especificações técnicas que são exclusivas do contexto portuário. Os projetos de um porto envolvem diversas particularidades, mas os projetos de um prédio dentro do porto necessitam das mesmas exigências de quaisquer outros projetos de edificações em outro contexto.

Ou seja, não há excepcionalidade na edificação portuária em comparação com outras edificações públicas. A exigência de acervo de projetos portuários, assim, não faz sentido.

Essa exigência de qualificação técnico-operacional acaba **restringindo** o número de **licitantes com experiência em projetos semelhantes ao objeto licitado**, impedindo a participação de um universo maior de competidores, ao exigir atestados de capacidade técnica com exigências exorbitantes

De outro lado, como sabido, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva. No caso concreto, não ficou

claro no edital, porque da exigência de acervo de projetos portuários, uma vez que não consta como objeto a elaboração de projetos portuários e sim projeto de obra civil num porto. Não consta especificações técnicas que são exclusivas do contexto portuário.

Assim, tais exigências desbordam do mínimo razoável admitido pela legislação, doutrina e ampla jurisprudência acerca da matéria, devendo ser retiradas.

A apresentação de atestado de capacidade técnica tem a finalidade de demonstrar que o licitante detém experiência mínima necessária para garantir o cumprimento do objeto contratual.

Desse modo, a exigência editalícia indica um **direcionamento** injustificado a poucas empresas que já dominam o mercado e, por isso mesmo, ilegal, contrariando orientações dos Tribunais:

*MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. ILEGALIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. A exigência, no edital, de comprovação técnica na prestação de serviços funerários em município com mais de 200 mil habitantes, é manifestamente ilegal, pois os serviços seriam concedidos a 06 (seis) empresas, as quais caberia, portanto, executar um sexto do contrato, sendo **exagerado e abusivo condicionar a participação dos licitantes a prova de capacitação técnica correspondente a totalidade da população do município**. Segundo Marçal Justen Filho, há enorme risco de que a exigenciada certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de participar da licitação, pois nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à sua obtenção. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0304479-98.2016.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Ronei Danielli, Terceira Câmara de Direito Público, j. 22-05-2018, #73548860)*

Para fins de restringir a competitividade, deve a Administração Pública disponibilizar justificativa formal e bastante no processo administrativo. Ocorre que não há **nenhuma justificativa técnica**, carecendo o processo da devida motivação necessária.

Tal exigência, destituída de qualquer **justificativa técnica**, contraria, assim, a expressa vedação da Lei 14.133/21:

Art. 67 (...) § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Sendo assim, afigura-se viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da **legalidade**, da **amplitude na participação**, **finalidade** e na **razoabilidade**, bem como todos seus corolários, devendo ser revisto.

4. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, **REQUER-se:**

- a) A suspensão do processo licitatório até que as correções necessárias sejam realizadas no edital, a fim de assegurar que todos os licitantes tenham igual oportunidade de participação e que as exigências estejam alinhadas com as necessidades reais do projeto;
- b) **a exclusão da exigência de apresentação de acervo de projetos portuários na**

Capacidade Técnico-Operacional, conforme item 16.4.1, alínea “b”, uma vez que, por se tratar de projeto de edificação, tal requisito desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado e conduz à restrição ilegal da licitação.

- c) que a Administração decida se a qualificação técnico-operacional deve ser exigida tanto para a empresa quanto para os profissionais, **com devidas justificativas técnicas**, ou se deve ser excluída para ambos, uma vez que a exigência de acervo de projetos portuários não é prevista na qualificação técnico-profissional, conforme item 16.4.2.
- d) **Alternativamente, caso a Administração entenda que deve ser exigido acervo de projeto portuário, requer-se que seja apresentada uma justificativa técnica detalhada que demonstre a necessidade específica dessa exigência para o cumprimento do objeto licitado.**

Nestes termos, pede Deferimento.



Diogo Antônio Marins Capraro Junior

Engenheiro Civil - Crea PR 20.944/D

Representante Legal

Ana Carolina Abrahão Capraro

OAB/PR 70.007